

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) ENTENDE-SE POR CONSTITUIÇÃO RÍGIDA AQUELA QUE:

- a) Não admite qualquer alteração.
- b) Pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e complexo que o exigido para a edição das outras espécies normativas.
- c) Possui regras que podem ser alteradas pelo processo legislativo ordinário e outras regras que apenas podem ser modificadas através do processo legislativo especial.
- d) Tem um núcleo imodificável e outro núcleo que pode ser alterado da mesma forma exigida para a elaboração das outras espécies normativas.
- e) Contém somente cláusulas pétreas.

2) ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

- I – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania, a cidadania e a autodeterminação dos povos.
- II – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- III – Como decorrência do princípio da independência e harmonia dos Poderes, ao Poder Judiciário é vedada a prática de atos administrativos.
- IV – Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelos princípios da não intervenção, defesa da paz, independência nacional e concessão de asilo político.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I, II e IV
- b) II, III e IV
- c) II e IV
- d) II e III
- e) I e III

3) CONFORME DISPÕE A CF/88, AOS ACUSADOS EM GERAL E AOS LITIGANTES:

- a) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita desde que aleguem insuficiência de recursos, mesmo se não forem reconhecidamente pobres.
- b) é garantida a gratuidade das ações de mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*.
- c) em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) é garantido o devido processo legal, não podendo em nenhuma hipótese ser privados temporariamente de sua liberdade ou de seus bens antes do trânsito em julgado de sentença penal ou civil condenatória.
- e) é garantido o devido processo legal, admitindo-se as provas obtidas por meios ilícitos.

4) ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ACERCA DO PODER JUDICIÁRIO:

- I – A CF/88 assegura-lhe autonomia administrativa e financeira, devendo os Tribunais elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- II – Não pode ter excluída de sua apreciação, por lei, lesão ou ameaça a direito.
- III – Realizará todos os julgamentos dos seus órgãos em sessões ou audiências públicas, devendo ser fundamentadas todas as suas decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é(são):

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

DIREITO ADMINISTRATIVO

5) ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, CONSIDERANDO OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

I – O princípio da motivação somente é exigido para as decisões administrativas dos tribunais.

II – O princípio da autotutela diz respeito ao controle que a Administração Pública exerce sobre os próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos.

III – O princípio da eficiência assevera que a Administração e os administradores públicos devem agir de acordo com os princípios éticos da lealdade e da boa-fé.

IV – O princípio da impessoalidade determina que a Administração Pública não pode agir com a finalidade específica de favorecer ou prejudicar pessoas determinadas, devendo tratar a todos sem discriminação.

V – Para o setor privado, predomina a autonomia da vontade, sendo lícito fazer o que a lei não proíbe; já no âmbito do Poder Público todo ato administrativo pressupõe a existência de permissão legal, o que está sintetizado no princípio da legalidade.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I, II, IV e V
- b) II, III, IV e V
- c) II, IV e V
- d) II e III
- e) I, III e V

6) ASSINALE A ALTERNATIVA QUE MELHOR DEFINE O PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVO:

a) É um mecanismo de que dispõe a polícia para a manutenção da ordem pública, visando evitar danos ao patrimônio.

b) Trata-se de faculdade da Administração, para condicionar e liminar o uso do bem público em detrimento dos cofres da comunidade.

c) É uma faculdade da Administração de restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

d) Reflete a faculdade de que dispõem os órgãos de inspeção para apurar e punir seus servidores quando incidirem em falta funcional.

e) É o conjunto de normas emitidas pela Administração para restringir ou suspender, em favor do Estado, direitos individuais.

7) SUPONHA QUE UMA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE EXPROPRIAÇÃO, UM BEM PERTENCENTE A SEU INIMIGO POLÍTICO, VISANDO A AFRONTÁ-LO. AO EDITAR O ATO, CONTUDO, INVOCOU MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO. NESSA HIPÓTESE, ESTÁ CARACTERIZADO:

- a) o exercício de poder discricionário
- b) desvio de poder ou de finalidade
- c) exercício de poder político insuscetível de controle judicial
- d) excesso de poder
- e) nenhuma das alternativas anteriores

8) COM RELAÇÃO À EXTINÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, ANALISE AS AFIRMATIVAS ABAIXO:

I – A revogação tem como fundamento a reavaliação dos critérios de conveniência e oportunidade, produzindo efeitos “ex nunc”.

II – O Poder Judiciário não pode revogar atos praticados pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Executivo.

III – A mesma autoridade que praticou um ato administrativo não pode promover a sua revogação.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é(são) somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

DIREITO CIVIL

9) Em relação aos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa INCORRETA dentre as assertivas abaixo:

- a) Aquele que paga uma dívida prescrita não pode exigir a devolução do dinheiro, uma vez que o direito ao recebimento existia à época do pagamento
- b) A decadência pode ser legal (prevista em lei) ou convencional (convenção entre as partes)
- c) A prescrição somente pode ser renunciada após a consumação e desde que não acarrete prejuízo a terceiros
- d) O Juiz deve, de ofício, conhecer da decadência quando estabelecida em lei ou convencionalmente pelas partes
- e) Na prescrição, ocorre a extinção da pretensão, permanecendo o direito incólume.

10) Considere as situações abaixo:

- I) João tem discernimento reduzido por deficiência mental;
- II) Carlos é viciado em tóxico;
- III) Maria tem menos de 16 anos;
- IV) Victor é pródigo

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Apenas João
- b) João e Maria
- c) Victor e Carlos
- d) Apenas Maria
- e) João, Maria e Carlos

11) Marque a alternativa que apresenta uma hipótese de nulidade absoluta do negócio jurídico:

- a) dolo
- b) erro ou ignorância
- c) ilicitude do objeto
- d) lesão
- e) fraude contra credores

12) São pessoas jurídicas de direito público interno, EXCETO:

- a) autarquias
- b) Municípios
- c) partidos políticos
- d) associações públicas
- e) Distrito Federal

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13) Marque a alternativa correta em relação à suspeição e aos impedimentos do Juiz previstos no Novo Código de Processo Civil:

- a) O Juiz estará impedido de exercer suas funções no processo se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
- b) Há suspeição do Juiz quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;
- c) O Juiz estará impedido de atuar no feito em que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão
- d) O impedimento é causa relativa de parcialidade do Juiz.
- e) Se o Juiz for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo é caso de suspeição.

14) Considere as seguintes assertivas quanto ao processo judicial de Improbidade Administrativa:

- I) Da decisão que receber a petição inicial, cabe agravo de instrumento;
- II) O Ministério Público deverá atuar como fiscal da lei se não for parte do processo;
- III) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o Juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

Estão corretas:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) III;
- d) I e II;
- e) I, II e III.

15) A Justiça Federal é competente para julgar Mandado de Segurança interposto contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais. Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado de segurança houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada. São também consideradas autoridades federais aquelas cujos atos são exercidos por delegação da União.

Ante o exposto, para fins de interposição de mandado de segurança, são consideradas autoridades coadoras federais as seguintes:

- a) Reitor de universidade privada e Reitor de universidade pública federal;
- b) gerente de sociedade de economia mista federal e dirigente de entidade autárquica estadual;
- c) Delegado de Polícia estadual e Delegado de Polícia Federal
- d) Reitor de universidade pública estadual e Auditor Fiscal de município
- e) Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional da Bahia e Reitor de universidade pública estadual

16) Marque a alternativa correta em relação ao procedimento de cumprimento da sentença para o pagamento de quantia certa e sua impugnação:

- a) O cumprimento da sentença para o pagamento de quantia certa pode ser realizado a requerimento da parte interessada e por impulso oficial;
- b) não ocorrendo o pagamento voluntário da quantia certa no prazo legal, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios;
- c) em nenhuma hipótese a impugnação terá efeito suspensivo;
- d) o excesso de execução não pode ser alegado na impugnação;
- e) não há meio de defesa para o executado após ser intimado para pagar o débito no procedimento de cumprimento da sentença;

DIREITO PENAL

17) Assinale a opção correta quanto à possibilidade de extraterritorialidade incondicionada:

- a) os crimes cometidos contra a vida ou a honra do Presidente da República;
- b) os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- c) os crimes contra a administração pública;
- d) o crime de terrorismo, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
- e) nenhuma das anteriores;

18) No que tange aos princípios aplicáveis em matéria penal, marque a assertiva correta.

- a) O princípio da legalidade não impede que medida provisória verse sobre direito penal;
- b) Consoante entendimento pacífico na doutrina pátria, é possível a utilização de costume abolicionista;
- c) A *novatio legis in pejus* aplica-se a condutas típicas e ilícitas a ela anteriores;
- d) É possível aplicação do princípio da insignificância em crimes tributários;
- e) nenhuma das anteriores;

19) Assinale a resposta correta quanto aos institutos de Direito Penal:

- a) No concurso de pessoas, para enquadramento legal, se faz necessário a presença de acordo prévio de vontades entre os agentes criminosos na empreitada delituosa;
- b) O aumento de 1/3 na pena cominada, em razão da reincidência, aplica-se tanto na hipótese de prescrição da pretensão punitiva quanto na prescrição da pretensão executória;
- c) O prazo prescricional é reduzido pela metade quando o sujeito ativo é menor de 21 anos de idade na data do fato ou maior de 70 anos de idade quando da sentença;
- d) A citação válida interrompe o prazo prescricional;
- e) nenhuma das anteriores;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

20) No que tange aos princípios aplicados ao processo penal, assinale assertiva correta:

- a) No âmbito do processo penal vigora, unicamente, o contraditório imediato;
- b) O CPP pátrio, de conotação fascista, possui regras que se baseiam no sistema do contraditório, mas também possui resquícios do sistema inquisitorial;
- c) A presunção da não culpabilidade permite que inquéritos policiais e ações penais em curso sejam utilizados como maus antecedentes;
- d) Aos litigantes, somente no âmbito judicial, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente;
- e) Nenhuma das anteriores;

21) Assinale a assertiva errada:

- a) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la;
- b) Inquérito Policial é o procedimento administrativo inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial, consistente em um conjunto de diligências, objetivando a identificação das fontes de prova e colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade do delito, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo;
- c) O Inquérito policial além de ser um procedimento dotado de ampla defesa e contraditório, se pauta na imprescindibilidade de sua existência;
- d) De acordo com o CPP, o inquérito policial deverá durar 10 dias quando o suspeito estiver preso, e 30 dias quando solto;
- e) O indiciamento é ato privativo do Delegado de Polícia;

22) Quanto a ação penal e competência, assinale a assertiva verdadeira:

- a) Os crimes praticados contra o patrimônio público somente serão de ação penal pública quando atingir bens da Justiça Federal;
- b) Na ação penal pública vigora o princípio da indivisibilidade, pois o MP não pode oferecer denúncia contra alguns corréus, deixando de lado outros conhecidos, ainda que no interesse das investigações;
- c) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado;
- d) Com base no princípio da independência funcional, o Ministério Público poderá desistir da ação penal intentada;
- e) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

23) No que concerne aos aspectos processuais dos Juizados Especiais Cíveis, previstos na Lei nº 9.099/95, analise as proposições abaixo:

- I – Não se admite citação por edital;
- II – É permitida a produção de todos os meios de prova, exceto a pericial, por conta dos critérios da simplicidade e celeridade que orientam esse rito processual;
- III – Não se admite qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, mas se admite o litisconsórcio.
- IV – O processo poderá ser instaurado com a apresentação de pedido feito oralmente na Secretaria do Juizado

É correto afirmar que:

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos;
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos;
- c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos;
- d) Todas os itens estão corretos;
- e) Todas as alternativas são incorretas.

24) Maria, após ter seu pedido de concessão de salário maternidade indeferido pelo INSS, encaminhou-se pessoalmente ao Juizado Especial Federal buscando ajuizar ação contra a autarquia previdenciária. Considerando essa situação hipotética, analise as seguintes assertivas, com base nas Leis 9099/95 e 10.259/01:

- I – Maria poderá apresentar seu pedido oralmente, sendo que nessa hipótese o pedido deverá ser reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado;
- II – Por não possuir capacidade postulatória, Maria necessitará de advogado para ingressar com a ação;
- III – O INSS não poderá figurar como réu no processo, em razão de sua natureza jurídica, devendo a ação ser direcionada contra a União;
- IV – A ação não poderá ser admitida no JEF, pois a este não compete processar, conciliar e julgar as causas previdenciárias.

Estão corretos os itens:

- a) Apenas o item I está correto;
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos;
- c) Apenas os itens I, II e IV estão corretos;
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos;
- e) Todos os itens estão incorretos.

25) São consideradas infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos dos Juizados Especiais Federais Criminais:

- a) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, cumulada ou não com multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial;
- b) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa;
- c) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a três anos, cumulada ou não com multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial;
- d) Crimes a que a lei comine pena mínima não superior a dois anos, não cumulada com multa;
- e) Crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.

26) São critérios que orientam os Juizados Especiais Cíveis, EXCETO:

- a) Simplicidade;
- b) Informalidade;
- c) Economia processual;
- d) Impessoalidade;
- e) Oralidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

27) Com base na Lei Federal nº 8.213/91, assinale a alternativa INCORRETA sobre o benefício do auxílio doença:

- a) será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;
- b) será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz;
- c) será devida ao segurado que for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição;
- d) consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício;
- e) Não será devido ao segurado que se filiar ao RGPS já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

28) João, aposentado por idade pelo RGPS na qualidade de trabalhador rural, que exercia, juntamente com sua esposa, atividade agropecuária em regime de economia familiar em imóvel rural inferior a 4 (quatro) módulos fiscais, falece deixando viúva e filhos menores.

Considerando essa situação hipotética à luz da Lei Federal nº 8.213/91, analise as proposições abaixo:

I – A atividade desempenhada por João faz com que se enquadre como segurado obrigatório da previdência social, do tipo segurado especial.

II – Para concessão da aposentadoria recebida por João, referida lei exige, além do requisito idade, que o trabalhador rural comprove o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido.

III – A viúva e os filhos de João farão jus ao benefício de pensão por morte.

IV – A viúva de João, por exercer a mesma atividade, não pode ser considerada sua dependente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos;
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretas;
- c) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas;
- e) Todas as alternativas estão corretas.

29) Magda, segurada da Previdência Social, adotou uma criança. Neste caso, segundo a Lei 8.213, Magda:

- a) Terá direito ao salário maternidade pelo período de cento e vinte dias;
- b) Terá direito ao salário maternidade pelo período de noventa dias, se a criança tiver até 01 (um) ano de idade;
- c) Terá direito ao salário maternidade pelo período de quarenta e cinco dias, se a criança tiver entre 01 (um) a 4 (quatro) anos de idade;
- d) Terá direito ao salário-maternidade pelo período de cento e oitenta dias;
- e) Não terá direito ao salário-maternidade, por ausência de disposição legal nesse sentido;

30) Em relação à pensão por morte, conforme disciplinada na Lei nº 8.213/91, considere:

I - Será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não;

II – O valor mensal será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento;

III - havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais, não revertendo em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar;

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas;
- b) I e III, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I, II e III;
- e) Todas estão incorretas;

GABARITO

01	B
02	ANULADA
03	C
04	E
05	ANULADA
06	C
07	B
08	B
09	D
10	D
11	C
12	C
13	C
14	E
15	A
16	B
17	B
18	D
19	C
20	B
21	C
22	E
23	B
24	A
25	B
26	D
27	C
28	B
29	A
30	A